

# TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

PAE nº 2026/2579443

1 - O QUE SERÁ CONTRATADO? (art. 6º, XXIII, a e i, da Lei Federal nº 14.133/21)						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	Smartphone com sistema operacional integrado e atualizado pelo fabricante, armazenamento mínimo de 2 TB, alto desempenho, tela OLED ≥6,7" (120 Hz), câmeras múltiplas (principal ≥48 MP, zoom ≥5x), bateria ≥30h de vídeo, resistência IP68 e conectividade 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS (Descrição detalhada mínima no item 3.7 do Estudo Técnico Preliminar).	XXX	UND	06	R\$ 17.032,67	R\$ 102.196,02
					<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b>	<b>R\$ 102.196,02</b>

2 - JUSTIFICATIVA DA NÃO DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES E/OU DO AGRUPAMENTO EM GRUPOS (art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/21)	
<p>A presente contratação será realizada <b>por item</b>, considerando que o objeto — aquisição de smartphones — admite parcelamento sem prejuízo à sua funcionalidade, não havendo impedimento técnico para a divisão da contratação.</p> <p>A divisão do objeto em item mostra-se <b>tecnicamente viável</b>, uma vez que os equipamentos a serem adquiridos possuem especificações padronizadas e independentes entre si, que garantem o seu pleno funcionamento, compatibilidade e integração com os sistemas institucionais.</p> <p>Sob o aspecto econômico, o parcelamento em itens contribui para a <b>ampliação da competitividade</b>, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, o que pode resultar na obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. A maior concorrência tende a gerar redução de preços e melhores condições comerciais.</p>	

Ademais, a contratação por item não compromete a gestão administrativa, tendo em vista que os bens são homogêneos e de fácil padronização, não implicando aumento relevante na complexidade de fiscalização, acompanhamento ou execução contratual.

Ressalta-se, ainda, que o parcelamento do objeto está em consonância com o princípio da competitividade e com o disposto no art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, não havendo prejuízo à economicidade ou à eficiência da contratação.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO  
(art. 6º, XXIII, c, da Lei Federal nº 14.133/21)

3.1 - QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<p>A presente contratação tem por objetivo a aquisição de smartphones de alto desempenho para atender às demandas operacionais dos servidores da SEMAS/PA.</p> <p>A solução escolhida, conforme Estudo Técnico Preliminar, consiste na disponibilização de dispositivos móveis modernos, com elevada capacidade de processamento, armazenamento e conectividade, capazes de garantir comunicação institucional eficiente, acesso a sistemas corporativos, troca de informações em tempo real e suporte às atividades administrativas, proporcionando maior agilidade, produtividade e segurança na execução das atividades.</p> <p>A aquisição de dispositivos móveis, com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, fundamenta-se na necessidade de aprimorar a segurança, a privacidade e o sigilo das informações que permeiam as atividades de gestão âmbito da SEMAS/PA.</p> <p>Nesse sentido, a escolha pelo ecossistema IOS, representa a solução tecnológica mais adequada para mitigar riscos de cyber segurança, uma vez que a arquitetura fechada e integração hardware/software minimizam a superfície de ataque, reduzem a ocorrência de malwares e garantem que a criptografia de dados seja implementada nativamente, do chip ao sistema, primordial para proteção de dados sigilosos.</p> <p>Quanto a capacidade de armazenamento e desempenho, o modelo de 256Gb é necessário para suportar o volume crescente de documentos, garantindo que o sistema e os aplicativos rodem com a performance exigida pelo IOS, sem comprometer velocidade ou capacidade.</p> <p>A atualização é, portanto, necessária para assegurar a confiabilidade nas comunicações oficiais, a agilidade em processos administrativos e a compatibilidade com sistemas corporativos, superando as limitações de desempenho e capacidade.</p>
-------------------------------------	--

4 - NATUREZA DO BEM  
(art. 6º, XXIII, a, da Lei Federal nº 14.133/21)

☒ Comum.

☐ Especial.

## 5 - PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

(art. 40, § 1º, I e III, da Lei Federal nº 14.133/21)

<b>5.1 - HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?</b>	<p><b>Justificativa:</b> (A prova de qualidade deve ser sempre justificada e deverá ser comprovada por certificação de instituição credenciada pelo CON-METRO).</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<b>5.2 - O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?</b>	<p><b>Justificativa:</b> (A exigência de amostra deve ser justificada).</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<b>5.3 - HAVERÁ GARANTIA DO BEM?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados no item 01 por, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir do seu recebimento pela contratante.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>5.4 - HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados no item 1, durante 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i>, sem custo para a administração pública.</p> <p><b>Justificativa:</b> Caso algum equipamento apresente problemas causados por defeitos de fábrica, atualização incorretas de versões oficiais e algum defeito no hardware causado por componentes extraviados antes do período de 12 meses de garantia. <b>A exigência de assistência técnica em Belém-PA</b>, justifica-se pela necessidade de garantir suporte imediato e eficaz aos equipamentos adquiridos, reduzindo o tempo de inoperância e assegurando a continuidade dos serviços que dependem dos dispositivos móveis.</p>
	<p><input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens <b>X</b> e <b>Y</b>, durante <b>N</b> meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i>, sem custo para a administração pública.</p> <p><input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens <b>X</b> e <b>Y</b>.</p>

## 6 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

(art. 6º, XXIII, h, da Lei Federal nº 14.133/21)

<b>6.1 - FORMA DE CONTRATAÇÃO</b>	<p><input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor</b>, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.</p>
-----------------------------------	---

	<input type="checkbox"/> Concorrência
<b>6.2 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço (menor preço global líquido). <input type="checkbox"/> Maior desconto.
<b>6.3 - O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>6.4 - CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA</b>	<p>A proposta deve observar os <b>valores unitários e global máximos</b> aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.</p>
<b>6.5 - HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?</b>	<input type="checkbox"/> Sim. <b>Indicar os itens:</b> (Indicar os itens). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
<b>7 - REQUISITOS DA CONTRATADA</b> (art. 6º, XXIII, d, da Lei Federal nº 14.133/21)	
<b>7.1 – QUAL SERÁ A HABILITAÇÃO JURÍDICA EXIGIDA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Comprovação de existência jurídica. <p>Para fins de habilitação – através da apresentação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), assim como a documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, desde que válido e compatível com o objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, sem pendências para a participação em licitação ou contratação.</p> <p>A habilitação jurídica, destina-se a comprovar a capacidade do licitante para exercer direitos e assumir obrigações, limitando-se à verificação da existência legal da pessoa jurídica e, quando cabível, da autorização para o exercício da atividade pertinente ao objeto da contratação, conforme disposto no art. 66 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>A regularidade fiscal (âmbitos federal, estadual e municipal), social e trabalhista será aferida mediante a verificação do atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser realizada por meio</p>

	<p>de consulta aos sistemas oficiais ou mediante apresentação da documentação correspondente, quando necessário.</p> <p>No que se refere à Qualificação Econômico-Financeira, a exigência de apresentação de balanço patrimonial foi dispensada, considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de bens comuns, de pronta entrega, sem complexidade técnica relevante e sem obrigações continuadas. Ademais, o baixo risco da contratação não demanda a verificação aprofundada da capacidade econômico-financeira dos licitantes, sendo suficientes as demais exigências de habilitação para assegurar a execução do objeto.</p> <p>Tal medida visa ampliar a competitividade do certame e evitar exigências desnecessárias ou desproporcionais, em conformidade com os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Em substituição à análise detalhada da qualificação econômico-financeira, será exigida a apresentação de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, como forma de verificação mínima da capacidade econômico-financeira do licitante.</p> <p>No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, devendo, ainda, demonstrar que se encontra apto a cumprir regularmente suas obrigações contratuais.</p>	
<p><b>7.2 – SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>	<p><b>Qual?</b> Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior na entrega de equipamentos de tecnologia da informação (tais como smartphones, tablets ou dispositivos móveis corporativos), em escala e complexidade compatível com o presente objeto.</p> <p><b>Por que?</b> A habilitação técnica, tem como objetivo comprovar a capacidade da contratada em fornecer smartphones de alto desempenho (IOS ou equivalente), em quantidade e qualidade às necessidades da SEMAS/PA.</p>
<p><b>7.3 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> <p><b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.</p> <p><b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p>	

	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).  <input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso). <b>Especificar:</b> (Indicar o requisito e o seu fundamento legal).  <input checked="" type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.
<b>7.4 - HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b> 01. Utilização, preferencial, de embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; 02. Maior ciclo de vida e menor custo de manutenção do bem.  <input type="checkbox"/> Não.
<b>7.5 - HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Especificar:</b> Equipamentos com defeitos de fábrica devem ser trocados por novos.  <input type="checkbox"/> Não.
<b>8 - FORMA DE ENTREGA DO BEM</b> (art. 6º, XXIII, e; art. 40, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/21)	
<b>8.1 - COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, em até 30 (trinta) dias corridos, conforme edital.  <input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em X parcelas, sendo a 1ª em até Y dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com Z dias de antecedência.
<b>8.2 – RECEBIMENTO DO BEM</b>	O bem deverá ser entregue na sede da Contratante, localizada na Tv. Lomas Valentinas, nº 2717, bairro Marco, CEP: 66.093-677, em horário comercial, em entrega única. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.  O recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

<b>8.3 - PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE</b>	Item prejudicado, pois não há bens perecíveis para ser entregues no processo licitatório de aquisição.	
<b>9 - PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b> (art. 6º, XXIII, a e g, da Lei Federal nº 14.133/21)		
<b>9.1 - PRAZO DO CONTRATO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 12 meses.	
<b>9.2 - HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<b>9.3 - FORMA DE PAGAMENTO</b>	<b>Meio</b> Ordem bancária.	
	<b>Onde?</b> Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.	
	<b>Qual o prazo?</b> Em até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.	
	<b>Prova da regularidade fiscal</b> A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.	
<b>9.4 - QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	

**10 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**  
(art. 6º, XXIII, j, da Lei Federal nº 14.133/21)

<b>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</b>	Funcional Programática: 18.122.1297.8338 Elemento de Despesa: 449052 - Equipamentos e material permanente Fonte do Recurso: 01759000016000000 FEMA
---	--

Belém/PA, 5 de maio de 2026.

**GABRIEL ODANE**

Assessor de gabinete

Mat: 5963869





## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2026/2579443

**Anexo/Sequencial:** 16

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.*

### **Assinatura(s) do Documento:**

**Assinado eletronicamente por:** VITOR MARONE TEIXEIRA LISBOA,

**CPF:** \*\*\*.715.012-\*\*

**Em:** 05/05/2026 12:50:28

**Aut. Assinatura:** 9c5c72940c5c3bff850a2012bcf61921dc552e6bf7769328bf703b43379d928e



**Identificador de autenticação:** 1592522d-81a3-4aab-8251-d6951e638ecb

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>